

Após polêmica, 'repressão' aparece 12 vezes em plano

Expressão 'repressão política' gerou crise no governo e teve de ser suprimida de decreto



Paulo Vannuchi chega ao CBBB para reunião com Lula e Jobim

Governo tem até dia 24 para indicar membros do grupo de trabalho que devem elaborar projeto de lei que cria comissão da verdade

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Pivô da recente crise militar do governo Lula, a expressão "repressão política", retirada do foco da comissão nacional da verdade em novo decreto assinado pelo presidente na terça-feira, é repetida 12 vezes ao longo do Programa Nacional de Direitos Humanos, até aqui mantido sem alterações.

Na edição do programa lançada em dezembro, o número de menções era de 14. A apuração de casos de violação de direitos humanos pela repressão aos opositores da ditadura militar (1964-1985) aparece também nos textos de apresentação assinados por Luiz Inácio Lula da Silva e Paulo Vannuchi, ministro de Direitos Humanos.

"No tocante à questão dos mortos e desaparecidos políticos do período ditatorial, o PNDH-3 dá um importante passo no sentido de criar uma comissão nacional da verdade, com a tarefa de promover esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores", afirma o texto de Lula.

Por pressão dos militares, Lula suprimiu a expressão no decreto que cria o grupo de trabalho encarregado de detalhar como irá funcionar a comissão nacional da verdade. As regras dependerão de aprovação de projeto de lei no Congresso.

Em seu texto de apresentação na publicação do programa, Vannuchi diz que o "conteúdo central" do capítulo intitulado "Direito à Memória e à Verdade" é "jogar luz sobre a repressão política do ciclo ditatorial".

O decreto que instituiu o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos defende a investigação de casos de violação de direitos humanos na ditadura. Argumenta que, apesar da abertura de arquivos com informações sobre mortos e desaparecidos nos últimos anos, o Brasil ainda "processa com dificuldades o resgate da memória e da verdade sobre o que ocorreu com as vítimas atingidas pela repressão política durante o regime de 1964".

O programa diz que o país ainda está longe de ter um retrato fiel dos efeitos da repressão política, o que seria objeto da comissão da verdade. "Cal-

do governo Lula, a expressão "repressão política", retirada do foco da comissão nacional da verdade em novo decreto assinado pelo presidente na terça-feira, é repetida 12 vezes ao longo do Programa Nacional de Direitos Humanos, até aqui mantido sem alterações.

Na edição do programa lançada em dezembro, o número de menções era de 14. A apuração de casos de violação de direitos humanos pela repressão aos opositores da ditadura militar (1964-1985) aparece também nos textos de apresentação assinados por Luiz Inácio Lula da Silva e Paulo Vannuchi, ministro de Direitos Humanos.

"No tocante à questão dos mortos e desaparecidos políticos do período ditatorial, o PNDH-3 dá um importante passo no sentido de criar uma comissão nacional da verdade, com a tarefa de promover esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores", afirma o texto de Lula.

Por pressão dos militares, Lula suprimiu a expressão no decreto que cria o grupo de trabalho encarregado de detalhar como irá funcionar a comissão nacional da verdade. As regras dependerão de aprovação de projeto de lei no Congresso.

Em seu texto de apresentação na publicação do programa, Vannuchi diz que o "conteúdo central" do capítulo intitulado "Direito à Memória e à Verdade" é "jogar luz sobre a repressão política do ciclo ditatorial".

O decreto que instituiu o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos defende a investigação de casos de violação de direitos humanos na ditadura. Argumenta que, apesar da abertura de arquivos com informações sobre mortos e desaparecidos nos últimos anos, o Brasil ainda "processa com dificuldades o resgate da memória e da verdade sobre o que ocorreu com as vítimas atingidas pela repressão política durante o regime de 1964".

O programa diz que o país ainda está longe de ter um retrato fiel dos efeitos da repressão política, o que seria objeto da comissão da verdade. "Calcula-se que pelo menos 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses de 1964; cerca de 20 mil brasileiros foram submetidos a torturas e cerca de 400 cidadãos foram mortos ou estão desaparecidos. Ocorreram milhares de prisões políticas não registradas, 130 banimentos, 4.862 cassações de mandatos políticos, uma cifra incalculável de exílios e refugiados políticos.

O governo tem até o dia 24 deste mês para indicar os representantes do grupo de trabalho encarregado de elaborar o projeto de lei que cria a comissão da verdade. O envio do projeto ao Congresso é previsto para abril, mas esse prazo pode ser ampliado.



Elaborar, até abril de 2010, projeto de lei que institua comissão nacional da verdade (...) para examinar as violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política

Trecho de texto do Programa Nacional de Direitos Humanos editado em dezembro